

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



Atena
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-2654
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR	
Ana Licks Almeida Ariadne Moraes Silva Márcia Maria Couto Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6541917041	
CAPÍTULO 2	18
ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC	
Maria Luiza Daniel Bonett Raquel Weiss	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042	
CAPÍTULO 3	39
QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917043	
CAPÍTULO 4	54
ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA	
Julia Cristina Bueno Miranda Liza Maria Souza de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6541917044	
CAPÍTULO 5	73
CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL	
Thiago José Vieira Silva Simone Queiroz da Silveira Hirashima	
DOI 10.22533/at.ed.6541917045	
CAPÍTULO 6	83
PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	
Raí Vinícius Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917046	
CAPÍTULO 7	95
PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6541917047	

CAPÍTULO 8	101
VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA	
Renata Bacelar Teixeira Sidney Diniz Silva Renata Silva Cirino	
DOI 10.22533/at.ed.6541917048	
CAPÍTULO 9	117
ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO	
Adilson Costa Macedo Jessica Lorellay Cuscan Guidoti	
DOI 10.22533/at.ed.6541917049	
CAPÍTULO 10	137
OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE	
Renata Bacelar Teixeira Ednei Soares Talita Queiroga	
DOI 10.22533/at.ed.65419170410	
CAPÍTULO 11	153
INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL	
Carolina Guida Cardoso do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.65419170411	
CAPÍTULO 12	168
PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM	
César Henriques Matos e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65419170412	
CAPÍTULO 13	184
REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
Gabriela de Azevedo Marques Marcela Monteiro dos Santos Thais Oliveira Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.65419170413	
CAPÍTULO 14	200
ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)	
Janayna Priscilla Vieira Guimarães Pedro Renan Debiazi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170414	

CAPÍTULO 15	208
ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER	
Herena Marina Schüler	
Jessie Tuani Caetano Cardoso	
Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.65419170415	
CAPÍTULO 16	221
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE	
Juan Pedro Moreno Delgado	
Jamile de Brito Lima	
Liniker de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65419170416	
CAPÍTULO 17	234
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS	
Zamara Ritter Balestrin,	
Alice Rodrigues Lautert	
Luis Guilherme Aita Pippi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170417	
CAPÍTULO 18	252
GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Samira Alves dos Santos	
Emmanuel Paiva de Andrade	
Carina Zamberlan Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65419170418	
CAPÍTULO 19	268
A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170419	
CAPÍTULO 20	281
A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING	
Tarciso Binoti Simas	
Sônia Le Cocq d’Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65419170420	
CAPÍTULO 21	297
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
Maria Victoria Marchelli	
DOI 10.22533/at.ed.65419170421	

CAPÍTULO 22	312
NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA	
Giselle Carvalho Leal Rafael Soares Simão Adriana Marques Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.65419170422	
CAPÍTULO 23	327
PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017	
Paulo Sergio Ramos Pinto Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65419170423	
CAPÍTULO 24	350
URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA	
Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggianti Monteiro Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina	
DOI 10.22533/at.ed.65419170424	
CAPÍTULO 25	366
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL	
Eveline Nunes Possignolo Costa Geraldo Donizetti de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.65419170425	
CAPÍTULO 26	374
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM	
Figueiredo, L. L. H., Mariano, L. N. Neto, L. S. C. Resende, L. G. S.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042126	
CAPÍTULO 27	382
ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969	
Mario Tachini Abrahão Bernardo Rohden Renan Guimarães Pires Spernau	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042127	

CAPÍTULO 28	391
DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL	
Rafaela Benan Zara Paulo Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042128	
CAPÍTULO 29	405
VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575	
Brito, A. C. Sales, E. M. Aquilino, M. M. Akutsu, M.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042129	
CAPÍTULO 30	411
OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETO	
Thiago Martin Afonso Adriana Camargo de Brito Maria Akutsu	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042130	
CAPÍTULO 31	426
DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO	
Alexandre Cordeiro dos Santos Luciana Alves de Oliveira Osmar Hamilton Becere Júlio Cesar Sabatini de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042131	
CAPÍTULO 32	437
ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO	
Francisco Ygor Moreira Menezes Sara Jamille Marques de Souza Felipe Fernandes Gonçalves Dielho Mariano Dantas de Moura Cicero Joelson Vieira Silva Robson Arruda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042132	
CAPÍTULO 33	448
ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE	
Dayana Silva Moreira Gontijo Jhonvaldo de Carvalho Santana Andreia Alves do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042133	

CAPÍTULO 34	462
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158	
Taíme da Cruz Oroski José Ilo Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042134	
CAPÍTULO 35	469
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D _A LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	
Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana Fernando Rocha Nogueira Alex Kenya Abiko	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042135	
CAPÍTULO 36	479
APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	
Loyane Luma Sousa Xavier Rafaela Cristina Amaral Abrahão Bernardo Rohden Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042136	
CAPÍTULO 37	494
ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO	
Fabiana Andresa da Silva Victor José dos Santos Baldan Javier Mazariegos Pablos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042137	
CAPÍTULO 38	508
ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL	
Luana Cechin Marcio Leandro Consul de Oliveira Mariane Arruda Martins Olaf Graupmann	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042138	
SOBRE A ORGANIZADORA	516

REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR

Gabriela de Azevedo Marques

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Marcela Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Thais Oliveira Ponte

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco

RESUMO: Atualmente, a cidade de Fortaleza encontra-se no processo de regulamentação de dez Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) definidas como prioritárias pelo município dentre as 45 ZEIS de ocupação delimitadas no Plano Diretor Participativo de 2009. Após anos de resistência e articulação das comunidades na tentativa de manter um processo vivo e participativo, a arbitrariedade de decisões e domínio do conhecimento técnico ainda são impasses para a efetivação de um processo democrático. Nesse cenário, o presente artigo procura apresentar as ações das assessorias técnicas no acompanhamento desse processo de regulamentação, em especial da Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, que, em conjunto com as comunidades, tem desenvolvido um trabalho de facilitar o acesso da população a linguagens e normatizações

de caráter técnicos. Para isso, usou-se como paradigma duas das dez ZEIS prioritárias, Lagamar e Mucuripe, com diferentes acúmulos históricos em relação ao processo anterior, para, assim, analisar as atividades atuais aliada ao trabalho técnico da Taramela.

PALAVRAS-CHAVE: Zona Especial de Interesse Social; Assessoria técnica; Lagamar; Mucuripe; Taramela.

ABSTRACT: Fortaleza city is currently in the process of regulation of ten Special Zones of Social Interest (ZEIS), which were prioritized amongst the 45 Occupation ZEIS delimited by the local municipality, on the Participative Master Plan of 2009. After years of resistance and articulation within the communities, trying to maintain the participatory process alive, the arbitrariness of the decisions and the domination of technical expertise are still a deadlock for an effective democratic procedure. In this context, this article seeks to present the technical assistances' actions while following up the process of regulation, especially those from Taramela (Technical Assistance in Architecture and Cities) group. This one has been working with the communities in order to promote the populations' access to technical language. For this purpose, two out of the ten ZEIS, Lagamar and Mucuripe, were chosen, each of them with different experiences in the former process.

Thus the technical work of Taramela will be analysed according to the communities current activities.

KEYWORDS: Special Zones of Social Interest; Technical Assistance; Lagamar; Mucuripe; Taramela.

UM PANORAMA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM FORTALEZA

A ilegalidade urbana associada às precárias condições de moradia é um problema histórico da produção do espaço urbano na capital cearense. Já nas primeiras plantas de ordenamento urbano e nos planos urbanos propostos para a cidade é possível identificar a presença de áreas precárias de moradia, que ao longo do tempo vêm aumentando e se consolidando. Castro (1994) afirma que no início do século XIX, visitantes estrangeiros estimavam uma população de 1200 habitantes na cidade de Fortaleza, boa parte da qual vivia em condições de extrema pobreza. Apesar da moradia já se configurar como um problema da cidade, que crescia de forma rápida, a maior preocupação estava no ordenamento, no embelezamento e na facilitação da circulação.

Nas primeiras décadas do século XX, o acelerado crescimento urbano provocado, em parte, pelo processo migratório motivado pela estiagem no sertão cearense acelerou a expansão de assentamentos precários em Fortaleza. Em 1963, foi realizado o que é considerado o primeiro Plano Diretor da cidade de Fortaleza pensado por uma equipe interdisciplinar sob a coordenação do arquiteto e urbanista Hélio Modesto. Segundo PONTE (2016) nesse período, a quantidade de aglomerados subnormais havia crescido em número e em tamanho. As más condições de vida, as habitações precárias e o descaso do poder público desencadearam os primeiros movimentos de luta em torno da questão urbana, sobretudo aqueles que reivindicavam melhores condições de moradia.

Pequeno (2015) afirma que em 1973 foram divulgados dados referentes ao Programa de Desfavelamento, realizado pela Fundação de Serviço Social, quando foram identificadas 81 favelas na cidade de Fortaleza, onde moravam por volta de 35 mil famílias, valor correspondente a cerca de 20% da população do município. Pequeno (2015) declara ainda que o Programa tinha como objetivo principal a erradicação total de pelo menos 32 áreas para a implantação e expansão da rede viária da cidade. Existia a proposta de reassentamento das habitações que fossem removidas para conjuntos habitacionais longe do centro, situado em zonas de transição urbano-rural.

Em 1991, a Companhia de Habitação (COHAB) do Estado do Ceará, realizou um novo levantamento de dados identificando 314 assentamentos precários onde moravam mais de 108 mil famílias, cerca de 30% da população do município (PEQUENO, 2015). Aproximadamente 20 anos após o levantamento, a quantidade de assentamentos precários mais que triplicou. É possível perceber que a favelização faz parte da estruturação da cidade, concentrando-se nas faixas litorâneas e ao longo dos

cursos d'água e rios/lagos, como é o caso do Mucuripe e do Lagamar respectivamente.

Mais recentemente, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), realizado em 2012 para a cidade de Fortaleza, indica que existem 619 favelas ocupadas por mais de 200 mil domicílios conformando um total de 843 assentamentos precários, entre os quais estão incluídos favelas, loteamento irregular e conjunto habitacional precário, totalizando por volta de um milhão de habitantes vivendo em assentamento precários na capital do Ceará (Figura 01).

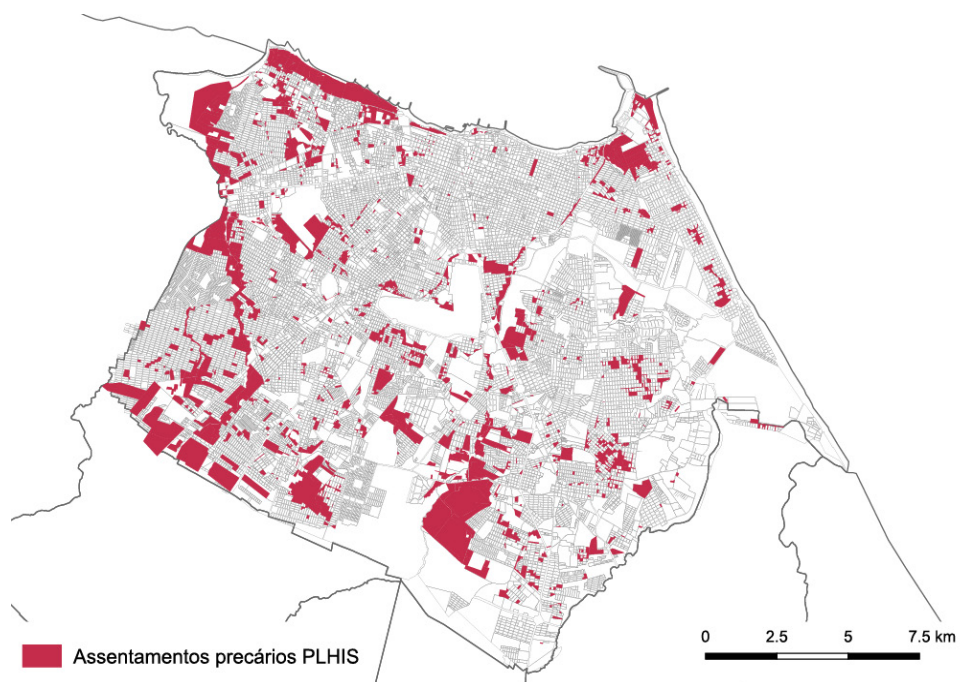


Figura 01: Mapa dos assentamentos precários em Fortaleza

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHIS For, 2011)

É possível perceber que, apesar de diferentes abordagens adotadas no processo de planejamento urbano com a elaboração de plantas e diversos planos urbanísticos, a história da cidade de Fortaleza tem mostrado uma crescente expansão do processo de favelização. Esse fato ocorre de um lado pelo descompasso entre política urbana e política habitacional e de outro pelo grande abismo social que localiza Fortaleza entre as cidades mais desiguais do mundo, segundo o relatório sobre as cidades latino-americanas elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

A REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: UM LONGO PROCESSO DE LUTA E RESISTÊNCIA

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são um tipo de zoneamento previsto pelo Estatuto das Cidades, criado em 2001, a ser incorporado aos Planos Diretores Municipais das cidades brasileiras. Pensadas como instrumento de garantia da regularização fundiária e urbanística em áreas de assentamentos precários e de

ocupações de baixa renda, as ZEIS possibilitam o acesso dessas populações à posse formal de suas casas, à melhoria das condições de moradia, bem como à participação popular através do processo, garantindo o controle social dessas ações. Conforme Rolnik (2001), as ZEIS podem ser reconhecidas como o instrumento síntese das diretrizes e princípios norteadores do Estatuto da Cidade. Por esses motivos, a ZEIS é, em muitas cidades, o instrumento mais apropriado pelos movimentos populares nas suas lutas pelo direito à cidade e à moradia digna.

Em Fortaleza, a regulamentação da ZEIS, desde seu momento de mapeamento e classificação ainda no Plano Diretor da cidade, é um processo que revela o protagonismo das comunidades afetadas, apoiadas por alguns grupos de assessorias técnicas, acadêmicos e da sociedade civil. É essencial considerar este processo como espaço de conflito de interesses entre os diferentes agentes que atuam na produção do espaço, característica legítima de um processo democrático.

No caso de Fortaleza, foram mapeados três tipos de ZEIS, a saber: as ZEIS do tipo 1, que delimita áreas de assentamentos subnormais, as ZEIS do tipo 2, que delimita conjuntos habitacionais precários e, por fim, as ZEIS do tipo 3, que delimita vazios urbanos em áreas com infraestrutura e que devem ser destinadas a construção prioritária de habitação de interesse social. Contudo, devido à descontinuidade política e ao desinteresse do Poder Público, o instrumento inserido em 2009 no PDPFor se manteve inoperante até recentemente.

Apenas no final de 2013, ocorreu uma movimentação no sentido da implementação das ZEIS com a criação do *Comitê Técnico Intersecretorial das Zonas Especiais de Interesse Social*. Ele teve como objetivo apresentar um diagnóstico das áreas demarcadas como ZEIS dos tipos 1, 2 e 3 no território fortalezense para subsidiar o poder Executivo Municipal quanto às ações prioritárias no processo de regulamentação e implementação dessas zonas.

O comitê resultou, por fim, em um reestudo do conteúdo no Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009 com alguns elementos propositivos, como a constituição de uma *Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS* (Comissão das ZEIS), que garantiria a continuidade do processo junto à sociedade civil e poder público.

A partir de então, ainda sob acompanhamento do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), estabeleceu-se a Comissão das ZEIS. Fizeram parte desta comissão representantes das universidades, da sociedade civil, com participação de organizações não governamentais e de movimentos sociais, ligados a atividades de pesquisa e/ou experiências comunitárias, e moradores de 9 ZEIS (Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz), escolhidas como prioritárias para a elaboração coletiva dos documentos necessários para a regulamentação das ZEIS, tendo a ZEIS Dionísio Torres sido incluída como décima ZEIS prioritária a partir de deliberações da Comissão (Figura 02).

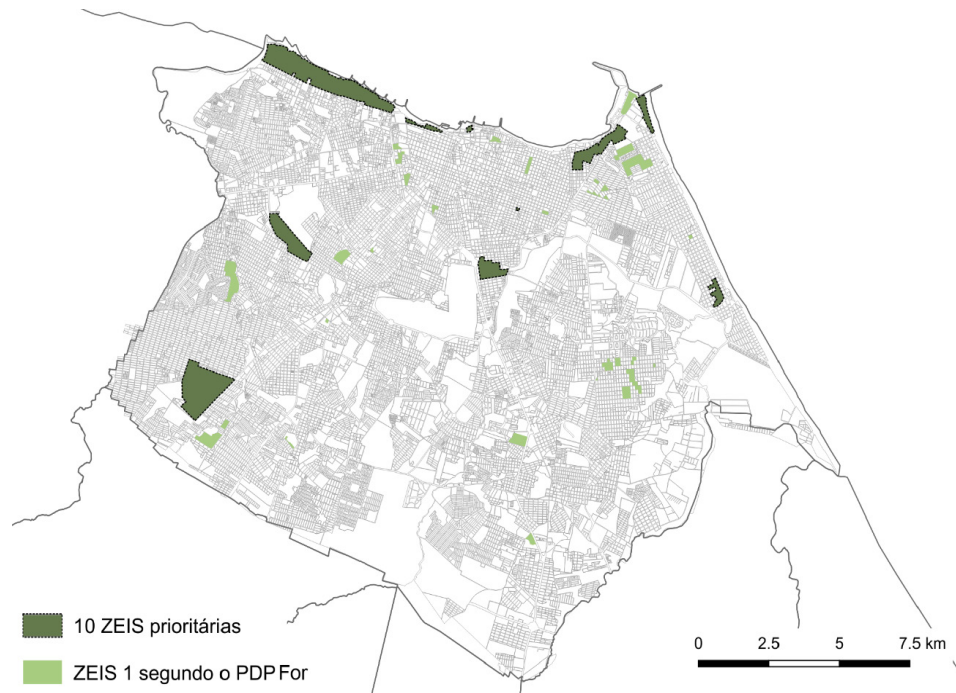


Figura 02: Mapa de localização das 10 ZEIS Prioritárias em relação às 45 ZEIS de ocupação delimitadas pelo PDP de Fortaleza I

Fonte: Plano Diretor de Fortaleza (PDP-For, 2009)

Segundo o Decreto 13.827, de 14 de junho de 2016, a finalidade da Comissão das ZEIS é de “...deliberar sobre a elaboração de propostas da legislação regulamentadora das ZEIS e de planejar medidas voltadas a sua implementação e acompanhamento.”, o que mostra um trabalho grande e complexo de estudo voltado para a elaboração de documentos relativos ao processo de regulamentação urbanística e fundiária das ZEIS 1 e 2 e a implementação de empreendimentos habitacionais nas ZEIS 3.

Nesse contexto, o apoio das assessorias na construção desses documentos foi fundamental. Apesar da grande quantidade de trabalho para o pouco tempo e da linguagem excessivamente técnica, as universidades e grupos de apoio buscavam facilitar o debate, para que as comunidades tivessem a oportunidade de opinar e trazer suas próprias contribuições para o trabalho.

Assim, após quase dois anos de estudo e trabalho contínuo, os documentos construídos de forma coletiva indicados pelo decreto e os adicionais que a comissão considerou como necessário foram entregues ao atual prefeito da cidade de Fortaleza. Nessa ocasião, a prefeitura reafirmou ter a ZEIS como prioridade e se comprometeu a levar adiante sua implementação.

O CASO DAS COMUNIDADES DO LAGAMAR E DO MUCURIPE

As dez ZEIS definidas como prioritárias possuem significativa importância nos seus acúmulos históricos em relação ao processo de inclusão do instrumento

e delimitação dos territórios como ZEIS no Plano Diretor de 2009. Cada uma delas possui caráter diferenciado quanto ao processo de mobilização popular e articulação comunitária na luta pelo direito à cidade.

Nesse contexto, procurou-se trabalhar as comunidades do Lagamar e Mucuripe, duas das dez ZEIS prioritárias, como estudo de caso das atividades atuais do processo de regulamentação das ZEIS, aliada às assessorias, em especial à Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, nas atividades de capacitação e mobilização popular.

As duas comunidades se localizam em áreas diferentes da cidade (Figura 03), mas apresentam como característica comum o forte interesse do mercado imobiliário no seu território. Esta situação é determinante para a compreensão sobre a importância das ZEIS como um importante instrumento de resistência contra as possíveis remoções.

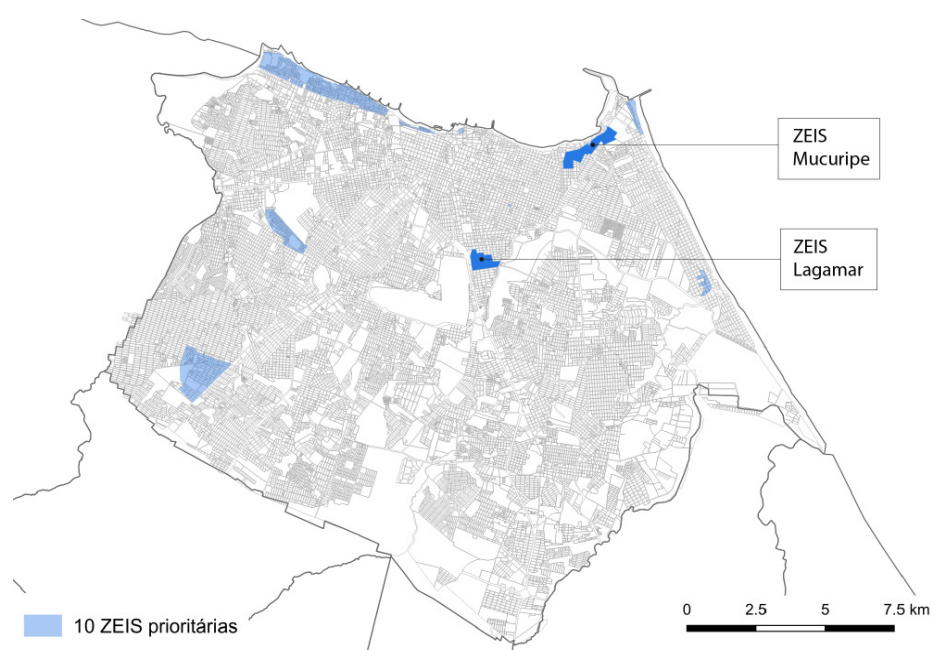


Figura 03: Mapa de localização das ZEIS Lagamar e ZEIS Mucuripe em relação às 10 ZEIS prioritárias I

Fonte: Plano Diretor de Fortaleza (PDP For, 2009)

LAGAMAR

A ZEIS Lagamar está localizada em uma região privilegiada de Fortaleza. A comunidade se encontra entre os bairros São João do Tauape e Alto da Balança, às margens do Canal do Tauape na região leste da cidade, nas proximidades de bairros nobres como Aldeota e Dionísio Torres (Figura 04).



Figura 04: Mapa de localização das ZEIS Lagamar em relação aos bairros adjacentes
Fonte: Google Earth; Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA)

As primeiras famílias começaram a ocupar, sem assistência pública, as margens do antigo riacho, atual Canal Tauape, entre 1930 e 1950. A maioria delas vindas do interior do Estado do Ceará, em virtude da seca, fixaram-se nesse local que ainda não era centralidade da cidade de Fortaleza. Segundo Freitas (2014), o aumento do número de famílias na comunidade ocorreu na década de 1980, em um período de recessão econômica e falta de alternativas de habitação de interesse social.

A comunidade vive em permanente insegurança, pois sua localização privilegiada na cidade, além de fornecer acesso a equipamentos e serviços, ampliando toda uma rede de transporte urbano, também é visada pelo mercado imobiliário. Assim, o Lagamar é palco de intervenções de obras públicas de grande impacto no território, que geralmente preveem remoções da população.

Num contexto geral de privações, a comunidade, na luta pelo direito à cidade, possui um longo histórico de mobilização e ações coletivas, sendo a inclusão como ZEIS uma dessas ações conseguida através do movimento e da participação dos moradores. Durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009, a comunidade do Lagamar não foi uma das contempladas na delimitação das ZEIS. Nesse contexto, a comunidade se fortaleceu internamente para se inserir nesse processo e exigir que seu território fosse delimitado com ZEIS, uma vez que ela cumpria plenamente os requisitos para sua inserção. É importante ainda ressaltar que esse período foi bastante turbulento na cidade e especificamente no Lagamar, com a realização de projetos de visão modernizadora para a Copa do Brasil que iria ocorrer em 2014. Para o Lagamar, situado em uma região central, local de importante passagem leste-oeste, eram previstas obras que exigiam grandes remoções.

Nesse processo de ação, articulação e mobilização popular, a comunidade,

apoiada pela Fundação Marcos de Bruin, conseguiu articular audiências, fez caminhadas até a sede municipal e câmara dos vereadores, contando com a participação de quase 400 moradores, e formou um Fórum dos Moradores, com objetivo de manter o diálogo permanente entre os moradores.

Todas essas ações populares resultaram na inclusão do Lagamar com ZEIS no Plano Diretor de Fortaleza no ano seguinte. Então, tendo a comunidade mobilizada e interessada no assunto, o Lagamar foi a única ZEIS que conseguiu realizar a eleição para a formação de um Conselho Gestor, que acompanhava as atividades na ZEIS até o final dos 2 anos de mandato.

Representantes da ZEIS Lagamar também tiveram grande participação em 2016, durante as atividades antes e depois da Comissão das ZEIS, no estudo, trabalho e pressão sobre os órgãos públicos para a efetivação do processo. Assim, com a iminência da publicação do decreto que subsidiaria as atividades de eleição dos Conselhos Gestores, a criação do Fórum das ZEIS e a promessa de continuidade do processo com as etapas seguintes, as novas lideranças viram a necessidade de rearticular a comunidade para renovar o processo já iniciado quase dez anos antes.

MUCURIBE

A ZEIS Mucuripe abrange um extenso território, formado por bairros componentes do chamado Grande Mucuripe: Varjota, Mucuripe, Vicente Pinzon e Cais do Porto. O Grande Mucuripe se situa numa zona do litoral fortalezense considerada estratégica pelos governos e investidores. A região conecta a costa norte, onde se destaca a Avenida Beira Mar, pólo turístico e de lazer mais importante da cidade; e a costa leste, área também ligada ao turismo e ao lazer marítimo da Praia do Futuro, onde a presença de grandes barracas de praia domina a paisagem. Soma-se a este fato a proximidade da região ao Porto do Mucuripe, com seus terminais de carga e armazéns portuários (Figura 05).



Figura 05: Mapa de localização das ZEIS Mucuripe em relação aos bairros adjacentes

Fonte: Google Earth; Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA)

Tradicionalmente, o Grande Mucuripe já nasce como uma região de ocupação de famílias de baixa renda, compostas por pescadores e artesãos. Esta região possuía dinâmica e identidade próprias, antes mesmo do estabelecimento de Fortaleza enquanto cidade. A partir da década de 1930, assim como no resto da cidade, a região passa a receber um intenso fluxo migratório de camponeses cearenses. A partir desse momento, o bairro passa a sofrer uma ocupação mais intensa de famílias de baixa renda e a caracterizar-se como das primeiras favelas surgidas em Fortaleza. (MACIEL, 2015)

À mesma época, a construção do Porto do Mucuripe passa a incorporar outras dinâmicas ao local, dando início ao processo de valorização do bairro e de atração de investidores para a região, ligados às atividades econômicas ali desempenhadas. A habitação de baixa renda passa a coexistir com os grandes armazéns e depósitos portuários e com as grandes obras de infraestrutura viária que foram abrindo caminhos até o porto, dando origem às tensões até hoje existentes no local entre ocupações formais e informais, entre a força do poder econômico e a fragilidade das populações tradicionais. (MACIEL, 2015)

Diversos processos, desde esse período, já ocasionaram a expulsão de famílias do Grande Mucuripe de suas casas. Antigamente assentadas próximas ao mar, de onde as famílias de pescadores tiravam o seu sustento, hoje essas famílias se vêem cada vez mais empurradas para as áreas de morro, dunas e às margens do riacho Maceió, enquanto a orla se vê aos poucos cada vez mais dominada por torres residenciais e hoteleiras, fábricas e algumas indústrias, mais próximas do porto. Nesse sentido, a zona do Grande Mucuripe sofre de uma grande ausência do Estado, principalmente

em serviços básicos. Na verdade, a maioria das ações do Poder Público tem operado no sentido de separar e fragmentar o território do Grande Mucuripe.

Muitos projetos destinados a esse local anunciam aos poucos a chegada do padrão imobiliário na região, valorizada por seus atributos paisagísticos, como a proximidade do mar, e de mobilidade, como a passagem do VLT e sua conexão a vias e áreas importantes e valorizadas da cidade. Este fato torna a população da região bastante vulnerável às novas conjunturas, principalmente sem a garantia efetiva do reconhecimento como Zonas Especiais de Interesse Social.

UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS

Atualmente, o processo de regulamentação encontra-se em uma etapa determinante para as dez ZEIS prioritárias. Aguarda-se, neste momento, as publicações dos decretos relativo às eleições dos Conselhos Gestores e à implantação do Fórum das ZEIS.

É importante destacar que durante o período de pausa das ações da prefeitura em relação ao processo de regulamentação das ZEIS, entre 2009, na inclusão do instrumento no Plano Diretor e a delimitação das comunidades, e 2016, com a Comissão das ZEIS, muitas comunidades, inicialmente articuladas nesse processo inicial, acabaram se desmobilizando e encontram-se no momento atual sem lideranças ativas na defesa do instrumento e com moradores descrentes na possibilidade de efetivação das ZEIS.

No retorno às atividades relacionadas à regulamentação das ZEIS, as assessorias tiveram fundamental importância no auxílio das novas lideranças. Assim, a Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade (ATAC), como uma delas, tem, na *Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social*, suas ações embrionárias no campo da assessoria. Nesta ocasião, auxiliou na elaboração de propostas para o processo de regulamentação das ZEIS e na facilitação da linguagem técnica utilizada para debate com moradores das comunidades.

A Taramela ATAC é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) recém formalizada, mas que já atuava no âmbito da assessoria técnica há cerca de um ano ainda enquanto coletivo. Fundada por seis arquitetos preocupados e inquietos com as visíveis diferenças socioespaciais na cidade de Fortaleza, a Taramela presta assessoria às comunidades organizadas e aos movimentos sociais, com objetivo fundamental de democratizar o acesso ao profissional de arquitetura e urbanismo e promover o direito à cidade.

Atualmente, a Taramela tem sua atuação ligada aos movimentos populares que debatem e demandam o direito à cidade, como a *Assembleia Popular da Cidade* e a *Frente de Luta por Moradia Digna*. Esta última tem as ZEIS como uma das pautas

prioritárias, dado, principalmente, o momento de avanço aparente dos trabalhos para a efetivação do instrumento.

Em relação às ZEIS, o trabalho da assessoria envolve ações de produção de material, principalmente com conteúdo de informação sobre o processo, auxílio nas mobilizações dentro das comunidades, e capacitação popular, principalmente de três ZEIS específicas: Lagamar, Mucuripe e Pici. O trabalho junto a estas três ZEIS partiu de uma ação ativa das lideranças locais de cada território; estas lideranças demandaram capacitações para os moradores entenderem o que é ZEIS, como acontece processo de regulamentação e o acompanhamento da mobilização comunitária.

Assim, a seguir, serão apresentadas algumas ações da Taramela na assessoria das ZEIS Lagamar e Mucuripe no processo comunitário iniciado de regulamentação das ZEIS.

ZEIS LAGAMAR

Nesse contexto de dificuldade de articulação e mobilização após anos de estagnação desse instrumento, a Taramela passou a assessorar a ZEIS Lagamar partir de um plano para avançar no processo de regulamentação traçado pelas lideranças locais, que já estavam cientes das dificuldades a serem enfrentadas no processo e que já tinham o repertório da eleição do Conselho Gestor anterior e, assim, uma percepção de como proceder.

O plano contou com três ações fundamentais para garantir os resultados esperados: Ações de Articulação, procurando identificar e convidar possíveis lideranças para avançar com o processo; Ações de Divulgação, com a contratação de mobilizadores, realização de reuniões de quarteirão e rearticulação do Fórum de Moradores; e Ações de Capacitação, para tornar o processo conhecido e compreensível para a comunidade.

A Ação de Articulação procurou identificar pessoas que acreditavam no instrumento da ZEIS e seus possíveis avanços na garantia de direitos. Procurou-se moradores antigos da comunidade que participaram do processo anterior, outros que estavam interessados em participar do processo atual e que acreditavam no instrumento, principalmente jovens.

A Ação de Divulgação contou com ajuda e financiamento da organização local, Fundação Marcos de Bruin (FMB). Dois moradores da comunidade foram contratados para trabalhar como mobilizadores, e tinham como objetivo trazer a discussão sobre ZEIS de casa em casa e convidando os moradores para as Reuniões de Quarteirão.

A realização das Reuniões de Quarteirão foi considerada a atividade prioritária do processo de mobilização. As reuniões aconteciam quinzenalmente em seções diferentes do território, após o chamamento dos moradores pelos mobilizadores, em locais considerados estratégicos, pela facilidade de acesso e conhecimento do local pela comunidade. Nesse momento ampliado se tinha inicialmente a fala sobre

o instrumento ZEIS, seu processo e as suas garantias, seguido por um momento de debate, facilitado pela assessoria.

Além das Reuniões de Quarteirão, o Fórum dos Moradores também se apresenta como um espaço para discussão sobre as ZEIS, contudo com caráter permanente. É destinado a todos os moradores da comunidade, e envolve também outras questões que acontecem na comunidade, como os assuntos da construção do VLT, que passa ao extremo norte do território.

Nas Ações de Capacitação, a Taramela entra como um agente de suporte e intermédio entre o trabalho técnico e o popular. A atuação da assessoria com a ZEIS Lagamar é centrada no diálogo com os mobilizadores e a comunidade em geral. Nesse sentido, a Taramela teve importante papel, juntamente com a FMB, de apresentar para os mobilizadores as ZEIS, trazer o histórico do instrumento na cidade de Fortaleza, apresentar as etapas a serem cumpridas para efetiva regulamentação e, principalmente, mostrar a importância de se estar em uma ZEIS e a necessidade da participação popular nesse processo.

Para abordar diretamente com os habitantes a realidade do bairro e debater sobre a importância da ZEIS, a Taramela precisou entender a comunidade no contexto da cidade de Fortaleza, suas problemáticas infraestruturais e demandas sociais. Essa abordagem resultou no interesse dos moradores, que se identificavam com os exemplos citados e almejavam soluções para cada questão particular que lhes tocava.

As Reuniões de Quarteirão e Fórum dos Moradores, com a presença da fala da Taramela, oscilavam quanto a predisposição dos moradores em apoiar o processo. Algumas apresentavam falas confiantes no processo, nas quais predominavam as perguntas sobre as vantagens de “ser ZEIS” e “o que ela resolveria”, enquanto outras apresentavam a resistência dos antigos moradores, que já haviam acompanhado o processo anterior, lembrando o processo passado que ficou estagnado por vários anos.

As ações realizadas na comunidade do Lagamar, atualmente, continuam em processo com a Taramela e FMB. O momento inicial de mobilização se apresentou tão importante quanto a etapa seguinte. Além de rearticular a comunidade para um movimento territorial coletivo, o momento também serviu para verificar as fraquezas que abatem a comunidade após um longo processo de falta de priorização do município.

ZEIS MUCURIPE

Ao passo em que a ZEIS Lagamar já possuía experiências prévias ligadas à mobilização popular em favor da ZEIS, a ZEIS Mucuripe passa agora pelas suas primeiras experiências de articulação entre moradores. Embora possua alguns poucos representantes sempre presentes nos espaços de discussão sobre a cidade, como a *Assembleia Popular da Cidade* e a *Frente de Luta por Moradia Digna*, a ZEIS Mucuripe tem, tradicionalmente, uma grande dificuldade no sentido de articular e sensibilizar

novos moradores para as lutas relativas ao direito à cidade. Como causas para esse fato podem ser apontados dois motivos principais: a ausência do envolvimento e apoio de movimentos populares e organizações locais e uma forte fragmentação social no território entre os diferentes assentamentos integrantes da ZEIS.

Assim como acontece em muitas ZEIS, a maior parte dos moradores do Grande Mucuripe não conhece o instrumento nem sabe que moram em uma ZEIS. Isto muito se deve, também, à desmobilização dos movimentos populares em geral que ocorreu após o Plano Diretor e à falta de repercussão desse processo dentro das comunidades.

Com o avanço do processo de implementação da ZEIS, a urgência na formação dos Conselhos Gestores provocou um novo movimento de mobilização entre alguns moradores do Grande Mucuripe, que têm conseguido se articular em um pequeno grupo. Por ser um grupo no qual a maior parte das pessoas não possuía conhecimentos prévios acerca da ZEIS, e por estar constantemente incorporando novas pessoas, a assessoria tem se feito nesse grupo extremamente necessária, tanto no sentido de orientar em relação às informações técnicas relativas ao planejamento urbano e às ZEIS em si, quanto na elaboração de estratégias de organização interna e mobilização dentro da comunidade da ZEIS.

Diferentemente do Lagamar, portanto, no Grande Mucuripe, a questão da ZEIS não é levantada por nenhuma OSC ou movimento popular atuante no local. Pelo contrário, a maioria dos moradores envolvidos não confia nas associações existentes no bairro, e as denunciam como “terreiro de vereador”. O principal efeito deste fato para o processo da ZEIS é a ausência de instrumentos operacionais para a mobilização, tendo ainda os trabalhos e custos divididos de maneira informal entre os membros do grupo.

Atualmente, o trabalho de mobilização e divulgação das ZEIS dentro do Mucuripe é feita pelo grupo formado no início do ano de 2018, ela consiste na realização de atividades que têm como objetivo convocar novos participantes ao grupo, no sentido de ampliar a rede de informações sobre a ZEIS e enriquecer o processo de eleição dos Conselhos Gestores, alcançando o maior número de pessoas possível.

Estas ações têm sido realizadas através da cooperação de um limitado número de moradores voluntários e de poucos membros de assessorias, entre elas a Taramela. Algumas dessas atividades foram: reuniões internas, nas quais a Taramela pôde contribuir com informações técnicas, auxiliando no planejamento das ações do grupo; debates e pequenas formações, nas quais foram feitas apresentações acerca da natureza das ZEIS, dentro do contexto do Plano Diretor, e do seu funcionamento através dos Conselhos Gestores; e reuniões de quarteirões nos diferentes assentamentos, onde as ZEIS são apresentadas e divulgadas junto a novos grupos.

Importante pontuar que a questão política citada é, de fato, uma grande barreira para o envolvimento dos moradores com o tema da ZEIS. Muitos imaginam que a ZEIS está relacionada com questões de vereadores, cabo eleitoral, e politicagem no geral; e, desconfiados, têm receio de se envolver.

Quanto ao grupo que se forma de moradores interessados em contribuir, estes acreditam nas transformações que esse instrumento pode proporcionar ao Grande Mucuripe. No entanto, têm encontrado alguns entraves nesse processo, principalmente relativos aos diálogos com a Prefeitura Municipal e à falta de acesso a informações mais técnicas relativas à legislação em si. Estes pontos de dificuldades são chave para a atuação da Taramela, e através deles tem atuado como entidade de apoio ao Mucuripe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulamentação das ZEIS em Fortaleza tem sido produto majoritário dos esforços das comunidades organizadas envolvidas, pois além das dificuldades internas, a falta de apoio geral dos órgãos da Prefeitura compromete de maneira significativa o andamento do processo. As comunidades tornam-se, portanto, protagonistas do processo; enquanto os órgãos da Prefeitura, embora conduzam o processo, criam constantemente entraves para o avanço.

Momentos estratégicos para o andamento do processo, como a publicação de decretos, têm sido momentos reveladores de conflitos entre as duas partes. Um exemplo disto foi o último Decreto publicado, que modificou informações consideradas essenciais para as comunidades (o número e composição dos Conselhos Gestores), diferente do modelo de decreto elaborado de forma democrática pela *Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das ZEIS*.

A concentração de poderes dos Órgãos da Prefeitura, bem como a demora para a publicação dos decretos demonstram como a participação popular acaba por ficar subordinada às decisões tomadas dentro da Prefeitura, e como essa participação é muitas vezes desconsiderada ao final. Este fato por vezes acaba por desmotivar e desmobilizar muitas comunidades.

Além disso, o diálogo em si entre comunidades e Prefeitura é bastante difícil. A complexidade do processo, seus trâmites burocráticos e a linguagem extremamente técnica utilizada dentro das reuniões afastam e dificultam a participação das comunidades, principalmente daquela parcela que não acompanha o processo há mais tempo.

Etapas essenciais para o bom avanço do processo dentro das comunidades, como o trabalho de mobilização e difusão sobre as ZEIS, não é apoiado financeiramente e nem operacionalmente pela Prefeitura. As comunidades mais organizadas, como o Lagamar, que possuem o apoio de uma organização local, conseguem fazer este trabalho por conta própria, embora com alguma dificuldade. No entanto, a maior parte das comunidades, como o Mucuripe, que não contam com entidades, vêm-se prejudicadas e com muita dificuldade de disseminar a importância das ZEIS dentro da comunidade.

Evidentemente, o grau de organização interna dos grupos que se encontram à

frente da ZEIS em cada comunidade é fator determinante no sucesso da mobilização dos demais moradores. Enquanto no Lagamar, uma boa parcela da população conhece as ZEIS, mesmo que não acompanhe ativamente o processo, no Mucuripe a ZEIS ainda é um tema bastante desconhecido. De uma forma geral, pode-se dizer que a dificuldade de difusão da informação é o maior obstáculo para o reconhecimento das comunidades enquanto ZEIS.

Enquanto a regulamentação das ZEIS caminha a passos lentos, os projetos urbanos para a cidade continuam a se multiplicar nesses territórios sem considerar a existência das ZEIS, refletindo o pouco reconhecimento geral em torno desse instrumento, não apenas entre os moradores, mas também entre os gestores públicos e tomadores de decisões. Em áreas valorizadas urbanisticamente, como o Lagamar e o Mucuripe, a chegada destes projetos, aliada à demora na regulamentação da ZEIS, torna as populações desses bairros crescentemente mais vulneráveis a remoções.

Entre o processo interno das ZEIS, dentro das comunidades, e o processo institucional, junto à Prefeitura, a assessoria técnica se faz essencial. Por um lado, tem auxiliado na facilitação de informações demasiado técnicas para uma linguagem mais acessível às comunidades, facilitando na apropriação do tema pelas populações das ZEIS; por outro, tem contribuído para defender as pautas das comunidades dentro dos espaços institucionais de disputa, buscando exprimir os desejos e as lutas das comunidades através do conhecimento técnico. As assessorias atuam, portanto, como intermediárias importante entre os dois lados; entre o conhecimento técnico e a mobilização popular.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Linekely da Silva. **Comungar é torna-se um perigo: A política de cultura dos jovens em busca de Deus (JBD) e o desenvolvimento da cidadania cultural no Lagamar.** Dissertação de mestrado - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

CASTRO, Liberal. **Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1994.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. **DECRETO Nº 13.241, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.** Institui o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. **DECRETO Nº 13.827, DE 14 DE JUNHO DE 2016.** Dispõe sobre a instituição da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. **DECRETO Nº 13.954, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.** Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

FORTALEZA. **Fortaleza: A Administração** Lúcio Alcântara. Fortaleza, 1982.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. "Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito

entre a agenda urbana e ambiental brasileira”. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba, vol. 06, nº 01, jan/abr. 2014.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio; PEQUENO, Renato. **Produção Habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza: avanços e retrocessos**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 17, num. 1, enero-abril. Recife, 2015.

IPLANFOR - DIART. **Relatório da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS**. Janeiro, 2018. Fortaleza (CE).

Lei complementar nº 062 - **Plano Diretor Participativo de Fortaleza**. Seção II (Zonas Especiais de Interesse Social). De 02 de fevereiro de 2009. Acesso em: 20 de março de 2018. Disponível em: http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor

Lei complementar nº 236 - **Parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Fortaleza**. ANEXOS. De 11 de agosto de 2017. Acesso em: 09 de junho de 2018. Disponível em: http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/legislacao/Consulta_Adequabilidade/1-Lei_Complementar_N236%20de_11_de%20agosto_de_2017_Lei_de_Parcelamento_Uso_Ocupacao_do_Solo-LUOS.pdf

Lei nº 10.257 - **Estatuto da Cidade**. Capítulo II (Instrumentos da política urbana), de 10 de julho de 2001. Acesso em: 20 de março de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

MACIEL, Anna Emilia. **A (Re)produção do espaço no Grande Mucuripe, em Fortaleza-Ceará**. Revista Geosaberes, v.6, num. 2, p.469-478. Fortaleza, 2015.

PEQUENO, Renato. Mudança na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: COSTA, Maria Clélia; PEQUENO, Renato. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015.

PONTE, Thais Oliveira. **Direito à moradia em Fortaleza: entre utopia e realidade**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2016.

ROLNIK, Raquel. (2001). **Guia do Estatuto da Cidade**. Brasília, Câmara dos Deputados.

SANTOS, Marcela Monteiro dos. **[IN]FORMAL : Proposta de Inclusão Urbana da Comunidade do Lagamar**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Fortaleza, 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-265-4

